



Millôr Fernandes certa vez disse que “o Brasil tem um enorme passado pela frente”. O imaginário do “país do futuro” encontra na frase de Millôr, se não uma objeção, uma provocação. As associações entre “futuro”, “para frente”, “evolução” e “aprimoramento”, ensejadas e cimentadas pela ideologia do progresso, são invadidas por uma interrogação algo incômoda. Ora, o “progresso”, estampado em nossa bandeira, fixa uma promessa, mas, ao mesmo tempo, uma herança; ou, seria melhor dizer, um débito. A herança de dívida – em relação à ideologia do progresso do século XIX –, que persiste nesta promessa (de futuro) do passado, descortina à nossa frente um passado que insiste em não passar. Outra forma de dizer que o futuro que vem cobrar sua dívida com o presente é o de um pretérito que não soube envelhecer e, sem saber aceitar o lugar na história que ele mesmo projetou, se veste de novidade, mas incapaz de dissimular completamente seu perfume de mofo e seu semblante fantasmagórico.

Pode-se dizer que o impasse – ou, ao menos, a ambivalência – destas representações de tempo histórico, com suas consequências políticas, se deva à expectativa ela mesma: às ideias de futuro e aos investimentos imaginativos e afetivos que se faz nelas. A esperança, alguns dizem, é um afeto compassivo, que só faz reproduzir o colonialismo e as violências essencialmente atreladas à ideia de progresso. Contra tal posição caberia dizer que o futuro não é nem deve ser cativo do progresso, exatamente porque o futuro “não é”. Eis o desafio e a oportunidade que, como sujeitos históricos, recebemos como fardo e como dádiva: nenhuma força, natural ou sobrenatural, determina nosso destino comum. A negatividade do futuro – sinal, aqui, da imprevisibilidade da história diante da práxis – pode nos dizer, igualmente, que o único modo de realizar um tempo efetivamente novo é atravessando a obscuridade do instante.

Se poderia, então, inverter a sentença, sem prejuízos, e dizer que chamamos pelo nome de futuro a negatividade que perpassa e constitui o tempo histórico. É aqui o nó a se desatar, de algum modo: o inacabado, a indeterminação, enfim, a falta é insistentemente presente, e a recusa ao seu confronto abre espaço para o retorno de fantasmas que, ora, nunca se foram.

O traço (talvez caiba dizer: a estrutura) colonial da cultura nacional não resulta de excessos nem de passado nem de futuro, a rigor, mas de um déficit, de uma dificuldade histórica de elaboração da própria condição colonial. Longe de ser uma tautologia, trata-se de um sintoma. A nostalgia – que, como disse Andreas Huyssen, oferece uma “forma” à falta – sinaliza esse fracasso melancólico que não encontra saídas aos impasses do presente senão evocando, ou inventando, passados em que ainda havia algum futuro. O que resulta, portanto, deste movimento de recusa à elaboração é a reprodução, cada vez mais violenta, dos elementos que nos prendem ao colonialismo e a instituição de uma distância cínica à realidade, ou seja, à possibilidade mesma de superação do presente.

Das indicações que fazem emergir do pensamento de Ernst Bloch uma noção original de Esperança, uma, em particular, que evidencia seu vínculo radical ao materialismo, diz que é da brutalidade da realidade, e não do seu escape, que pode advir a transformação necessária. Não se trata nem de otimismo nem de pessimismo, mas de uma orientação pela sobriedade que se dirija às contradições, às violências e aos estorvos do presente. Neste sentido, num momento em que o passado se impõe à nossa frente, em que o futuro não parece outra coisa que o retorno selvagem do que sempre esteve aí, talvez caiba apostar, justamente, no futuro – não um futuro que viria, ou virá, espontaneamente, mas que depende da nossa capacidade de confrontar nosso fantasmas, íntimos e coletivos, com temperança, e, ao mesmo tempo, a energia necessária para fazermos o preciso inventário das nossas derrotas.

Diogo C. Nunes

Editor